

ANÁLISE DO PLANO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE MÉDIO PORTE DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Tânia Vanessa Andreski¹

Nedisson Luis Gessi²

RESUMO

A acessibilidade é um direito do cidadão, garantido por lei para que portadores de deficiência tenham a oportunidade de desfrutar de meios e condutas no âmbito social. Barreiras arquitetônicas intervêm na vida destes, deixando-os a margem do convívio social. Desta maneira a temática aborda o estudo sobre a análise do plano de acessibilidade física de uma instituição de ensino de médio porte da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de um estudo de caso, onde se questiona a importância do plano de acessibilidade e como ele pode contribuir e atender a Lei nº10.098, de dezembro de 2000? Que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. O objetivo geral proposto nesse trabalho teve por finalidade analisar o plano de acessibilidade física existente em uma instituição de ensino. Quanto aos objetivos específicos dessa pesquisa, podemos mencionar: conhecer, identificar e mapear barreiras físicas de uma Instituição de Ensino. Justifica-se a importância do tema escolhido no intuito de incentivar e desenvolver nas empresas, o interesse em implementar um plano de acessibilidade eficaz. Quanto à metodologia o presente estudo se caracteriza por pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e estudo de caso, no qual a coleta de dados concentrou-se na observação das condições arquitetônicas das três unidades que integram esse campus, analisando as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. No que se refere aos resultados, pode-se constatar que a instituição tem pleno conhecimento das leis e consciência das melhorias necessárias no acesso das unidades de ensino. Quanto aos resultados, concluiu-se que, nas três unidades investigadas, há a necessidade de adaptação de alguns itens que favoreçam o acesso das pessoas com deficiência física ou necessidades especiais.

Palavras Chave: Acessibilidade – Inclusão - Legislação.

ABSTRACT

Accessibility is a citizen's right, guaranteed by law so that disabled people have the opportunity to enjoy means and conduct in the social sphere. Architectural

¹ Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. vanessaandreski@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Mestre em Ensino Científico e Tecnológico (URI), Mestre em Gestão Pública (UNAM/AR), docente das Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

barriers intervene in their lives, leaving them the margin of social interaction. In this way, the subject deals with the study on the analysis of the physical accessibility plan of a high school educational institution of the Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul, based on a case study, which questions the importance of the Accessibility and how can it contribute to and comply with Law 10,098 of December 2000? Establishing general standards and basic criteria for the promotion of the accessibility of persons with disabilities or with reduced mobility, and other measures? The general objective proposed in this study was to analyze the physical accessibility plan that exists in an educational institution. About the specific objectives of this research, we can mention: knowing, identifying and mapping physical barriers of a Teaching Institution. The importance of the theme chosen in order to encourage and develop in companies the interest in implementing an effective accessibility plan is justified. As for the methodology, the present study is characterized by applied, qualitative, descriptive, bibliographic, documentary and case study research, in which data collection focused on the observation of the architectural conditions of the three units that integrate this campus, analyzing the normative Brazilian Association of Technical Standards. Regarding the results, it can be seen that the institution has full knowledge of the laws and awareness of the necessary improvements in the access of the teaching units. However the results, it was concluded that, in the three units investigated, there is a need to adapt some items that favor the access of people with physical disabilities or special needs.

Key words: Accessibility - Inclusion - Legislation.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino devem seguir os requisitos legais que respeitem os aspectos de acessibilidade. Desta forma, esse trabalho tem como tema, a análise do plano de acessibilidade física de uma instituição de ensino de médio porte, localizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Desta forma, o problema de estudo é como um plano de ação de acessibilidade pode contribuir para que seja atendida a Lei nº 10.098, de dezembro de 2000? Que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O objetivo geral do trabalho foi analisar um plano de ação existente na instituição e verificar se atendem a legislação quanto à acessibilidade física, com o intuito de que as pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida se sentissem incluídas no ambiente escolar. Já os específicos são conhecer as práticas de acessibilidade existentes na organização, identificar se a IES ALFA atende os requisitos exigidos na lei de acessibilidade, propor melhorias

estruturais para atendimento da exigência legal.

Este conteúdo justifica-se pela relevância do tema escolhido, acredita-se que o tema é de grande importância para futuros estudos acadêmicos. O tema citado ainda é pouco conhecido pelas pessoas, não havendo muitos estudos e trabalhos sobre o mesmo, na instituição de ensino. O material do presente estudo poderá ser utilizado em empresas dos mais diferentes segmentos que desejam sugestões de melhorias sobre atender a legislação quanto a acessibilidade física.

Quanto à metodologia o presente estudo se caracteriza por pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e estudo de caso, no qual a coleta de dados concentrou-se na observação das condições arquitetônicas das três unidades que integram a instituição de ensino.

O trabalho teve como embasamento teórico a contribuição de vários autores os quais pode-se citar como principais: Honora; Frizanco, e Ribas, que falam sobre os tipos de deficiências, e os recursos essenciais para realizar suas funções, Bragança; Parker agrega conhecimento sobre a acessibilidade.

O presente trabalho está assim estruturado: Inicialmente traz o referencial teórico contemplando assuntos pertinentes a problemática de estudo, envolvendo a questão da acessibilidade física no contexto organizacional de uma instituição de ensino, e elementos constituintes da lei que trata e regula as questões de acessibilidade física nas empresas de todos os tipos e portes. Posteriormente tem-se o aporte metodológico, na sequência a análise e os resultados e por fim, a conclusão e referências bibliográficas que serviram de aporte para o desenvolvimento deste artigo.

1 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é a fase do trabalho que dá estrutura à coleta e estudo dos dados e desenvolve os conceitos, teorias e normas que irão apoiar a argumentação do pesquisador.

Para tanto, buscou-se autores que auxiliassem com conteúdos abordando assuntos como: Acessibilidade no Contexto Organizacional, a Lei 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 que trata a deficiência física.

Os materiais utilizados foram livros, periódicos, artigos científicos e normas regulamentadoras, que seria disponíveis em banco de dados online.

1.1 ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Quando se fala em acessibilidade, imediatamente se refere dos espaços físicos adequados para acolher as pessoas com necessidades especiais. Assim a proposta parte deste início, analisando e possibilitando condições de acesso e de existência dos sujeitos nos lugares em que pretendem estar.

O decreto nº 5.296, de dezembro de 2004, determina que, os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, possibilitarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Guimarães argumenta que atualmente no Brasil, as iniciativas para concretizar a acessibilidade ambiental no espaço construído surgem de fora para dentro, ou seja, a partir de exigências legais fundamentadas por normas técnicas, e não a partir de uma evolução intrínseca da arquitetura (GUIMARÃES, 1991).

As instituições ensino devem ser adaptadas para assegurar a segurança e acessibilidade do aluno, Bragança e Parker nos relatam que a acessibilidade é de fundamental importância para que a pessoa com deficiência possa ser inserida na instituição de ensino.

Conforme Bragança e Parker,

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRAGANÇA; PARKER, 2009, p.79).

Conforme relatório da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD, pessoas com deficiência são aquelas que têm dificuldades em longo prazo de condição física, mental, intelectual ou sensorial, a qual em convívio com diversas barreiras podem impossibilitar sua atividade plena e concreta na sociedade em conformidade de condições com as demais pessoas (ONU, 2007).

A inclusão do portador de necessidades especiais deve observar, especialmente, sua adequação, praticidade, completude e particularidades.

Segundo Antonio Rulli Neto:

O trabalho, o lazer, a educação são formas importantes de integração do portador de necessidades especiais. Não é possível que participe da vida em sociedade se lhe é impedido o acesso até mesmo por elementos físicos, barreiras. Além das barreiras culturais que provavelmente são as mais difíceis de se vencer. Assim, não adianta apenas instalar uma rampa, se as medidas não permitem que seja utilizada; de forma semelhante, a consciência em relação ao portador de necessidades especiais deve ser culturalmente colocada, naturalmente fazer parte dos indivíduos, para que ocorra uma ampla e efetiva integração. (RULLI NETO, 2002, p. 123).

Diante desse atual momento de inclusão, o desafio das escolas é o de tornar preciso o seu papel na qualidade de unidade de ensino, já que uma educação para todos, não recusa nenhuma delas.

A inclusão nos revela que é necessário a preparação da sociedade para atender todas as pessoas, com suas diferenças. E assim é com a escola, que deve encontrar-se preparada para todos os alunos, sejam estas pessoas com ou sem deficiências.

A eliminação de obstáculos para os portadores de necessidades especiais por meio da acessibilidade, no desempenho de suas atividades diárias, trabalho, lazer, educação, saúde, são passos importantes de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Completando a ideia Ely diz que, para haver inclusão e participação de todas as pessoas na sociedade, independente de suas limitações, é fundamental que se possibilite pleno acesso aos mais variados lugares e atividades (ELY, 2004).

As pessoas com deficiência tiveram que passar por várias fases até receber um tratamento mais digno de inclusão, na antiguidade era apontados como empecilhos as outras pessoas e eram exterminadas, para os Hebreus a deficiência era sinônimo de punição e as pessoas deficientes não tinham permissão para acessar serviços religiosos, já para os Hindus os deficientes visuais eram incentivados a participar das funções religiosas pelo fato de serem considerados mais sensíveis, na Roma e Esparta era permitido matar as pessoas com deficiência pois eram filhos defeituosos (HONORA; FRIZANCO, 2008).

Entende-se que a acessibilidade é um meio para os PCD'S (pessoas com deficiências) serem incluídos no ambiente escolar, no qual podem estudar sem ser bloqueados por supostos obstáculos e ter possibilidades de se destacar como os demais alunos.

Nessa perspectiva, o conceito de acessibilidade ocorre pelo exercício de cidadania segundo o qual todos os cidadãos têm direitos garantidos por lei que devem ser considerados. Desta forma, muitos desses direitos não são executados devido a barreiras arquitetônicas e sociais (MANZINI, 2003).

Conforme os autores Manzini e Lamônica nos destacam, vale lembrar que com o passar do tempo percebeu-se a ausência de um espaço dentro da escola regular que possibilitasse suporte no que diz respeito às políticas educacionais direcionada aos alunos com necessidades especiais, que, desde então, já se adaptavam nesse atual padrão de escola (MANZINI et al., 2008 apud LAMÔNICA et al., 2008).

Os autores Bragança, Parker e Ribas citam algumas limitações que são identificadas pelas pessoas com deficiência quando adentram em algum espaço seja ele público ou privado: Os obstáculos iniciais são de ordem arquitetônica como banheiros e salas com portas muito estreitas para travessia e bebedouros muito alto a quem utiliza cadeira de rodas para locomoção, e ausência de marcação nos equipamentos para analfabetos (RIBAS, 1994).

No entendimento de Bragança e Parker existem três barreiras que dificultam o cotidiano das pessoas com deficiência.

- 1) Físicas – por exemplo: degraus que impedem a entrada de usuários de cadeiras de rodas nos edifícios; elevadores sem controle em relevo e sinais audíveis para pessoas com deficiência visual;
- 2) Sistêmicas – relacionadas a políticas formais e informais, por exemplo, estabelecimentos de ensino que não oferecem serviços assistivos, tais como anotação de aulas para alunos que não conseguem fazê-lo, excluem esses alunos;
- 3) Atitudinais – em forma de preconceitos, estigmas e estereótipos sobre pessoas deficientes, por exemplo, o mito de que pessoas com deficiência têm péssima assiduidade no trabalho pode gerar comportamento discriminatório contra elas. Essas barreiras negam às pessoas deficientes a oportunidade de serem membros ativos e produtivos da sociedade. (BRAGANÇA; PARKER, 2009, p. 78).

Torna-se necessário então adequações para portadores de Deficiência Visual, nas áreas de fluxo recomenda-se que se use faixas no piso, com textura e cor diversificada, para tornar mais fácil a identificação do trajeto. Já para os portadores de deficiência auditiva é necessário observar regularmente se existem obstáculos nas áreas de circulação e sobretudo se tais obstáculos sofrem mudança de localização com regularidade ou eventualmente (FEBRABAN, 2006).

Para as pessoas portadoras de deficiência física os recursos podem dar auxílio na segurança, conforto e autonomia, onde devem proporcionar acessos na circulação, banheiros, mobiliário interno, e também software de comando de voz para computadores no caso de implicação dos membros superiores que apresentam dificuldades no seu uso (FEBRABAN, 2006).

Segundo Honora; Frizanco existem alguns recursos que podem ser argumentados como assistência a pessoas portadoras de deficiência física que são:

- a) bengalas: auxiliam dando apoio, e proporcionando equilíbrio;
- b) Muletas: dão sustentação ao peso sobre o membro que sofreu a lesão;
- c) Andadores: proporcionam estabilidade, e equilíbrio;
- d) Cadeira de rodas: permite a locomoção (HONORA; FRIZANCO, 2008).

Desta forma, entende-se que a acessibilidade é um fator muito relevante para pessoas portadoras de deficiência, ela pode ser vista como uma espécie de tática para fazer parte no ambiente escolar, no qual podem preparar-se de maneira sem ser impedidas por supostas barreiras e ter oportunidades de se destacar como os demais estudantes.

Para Sarraf "Acessibilidade em campo ampliado significa eliminação de barreiras, sejam elas físicas, de comunicação e informação." (SARRAF, 2012, p.64).

Contudo, houve uma melhora com relação ao entendimento sobre o assunto "acessibilidade", para melhor compreender de termos aplicados na legislação e presentes na pesquisa, é fundamental apresentar alguns conceitos sobre a Lei 10.098, 19/12/2000.

1.2 LEI 10.098/2000 E A DEFICIÊNCIA FÍSICA

Atualmente, pode-se dizer que o Brasil dispõe um conjunto favorável de leis e normas para a colocação de elementos no assunto acessibilidade. Estas normativas, criadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visam proporcionar o maior número possível de pessoas, livremente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou conhecimento, o uso de maneira autônoma, independente e segura do local, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos.

A legislação brasileira nos apresenta alguns decretos e normas, para proporcionar a acessibilidade tais como Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá preferência de

atendimento às pessoas que especifica e a Lei de Acessibilidade Lei 10.098, 19/12/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (ABNT, 2004).

Com o estudo dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, é necessário compreender a norma, na sua proporção interpretativa, analisando a finalidade da mesma. Deste modo, se a Constituição Federal entrevê como direito fundamental a dignidade da pessoa humana e, como proteção constitucional, os direitos sociais, trazendo como escopo a igualdade de todas as pessoas perante a lei, claro que a garantia compreende as pessoas portadoras de necessidades especiais.

A finalidade da lei é alcançada por meio a remoção de barreiras e de impedimentos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Para os fins da lei são estabelecido alguns conteúdos, da qual destacamos, que a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é a que temporária ou continuamente tem limitada sua capacidade de confrontar-se com o meio e de utilizá-lo. Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para o uso, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. E a ajuda técnica é qualquer elemento que auxilie a autonomia pessoal ou proporcione o uso do meio físico (PEREIRA, 2016).

Desta maneira, a ajuda técnica pode mediar à superação de barreiras arquitetônicas no espaço das cidades, no edifício e no transporte, garantindo a acessibilidade da pessoa com deficiência.

A acessibilidade física é nos dias de hoje uma necessidade para que todas as pessoas, livremente de suas habilidades, consigam desempenhar atividades da vida diária com autonomia e mobilidade, do mesmo modo que aproveitar dos espaços com segurança e tranquilidade. O aspecto relevante da acessibilidade física é ser um simplificador da inclusão das pessoas com deficiência.

Deficiência física é todo comprometimento da mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida (MEC,2004).

O censo escolar realizado pelo IBGE revelou que o Brasil tem 26,5 milhões de pessoas portadoras de necessidades especiais. Desse total, cerca de 14% são exclusivamente deficientes físicos (IBGE, 2012).

Pela pesquisa foi identificado que, a cada 100 brasileiros, no mínimo 14 possuem limitações de ordem física ou sensorial. De outra forma, os dados demonstram a exclusão praticada no país, afinal de contas, nem todos têm facilidade de acesso a emprego, educação, saúde, lazer, entre outros direitos relevantes.

A Lei 10.098, de 23 de março de 1994, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no seu capítulo quarto, determina que os locais de espetáculos, de conferências, de aulas e de outros de natureza similar deverão possuir espaços reservados para pessoas que manuseiam cadeiras de rodas, e de lugares próprios para pessoas com deficiência auditiva e visual, até mesmo acompanhante, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de maneira a lhes facilitar as condições de acesso, de circulação e de comunicação. A Norma Brasileira que doutrina o assunto é a ABNT NBR 9050, vigente desde 30 de junho de 2004, denominada “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” (ABNT, 2004).

Conforme o Manual de Acessibilidade da ABNT (2004), as principais dificuldades são, escadas sem corrimão e sem contraste de cor nos degraus, ausência de corrimão, ausência de banheiro adaptado, ausência de rampas de acesso para cadeirante, pouca iluminação, ausência de sinalização tátil no chão, identificação desse mobiliário urbano pelos deficientes visuais, desníveis nas portas que sejam maiores que 5 cm (ABNT, 2004).

A Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação. Todas as escolas devem eliminar suas barreiras arquitetônicas tendo ou não alunos com deficiência matriculados no momento.

O termo deficiência pode ser estabelecido pelos autores Bragança e Parker como “[...] a perda ou a anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.” (BRAGANÇA; PARKER, 2009, p. 25-26).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde(OMS) a deficiência pode ser especificada como “um termo genérico que inclui déficits, limitações nas atividades e restrições na participação. Indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais (ambientais e pessoais)”. (OMS, 2001, apud, GARCIA, p. 29, 2008).

A Deficiência física é a mais típica de se deparar ela é distinta como a alteração completa ou parcial de partes do corpo, que prejudique de alguma forma o comprometimento da função física, exceto as deformidades estéticas e aquelas que não produzam dificuldades para realização de tarefas diárias (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

Complementando “a ideia com os autores Israel e Bertoldi” essa deficiência compromete as possibilidades de movimentação corporal ou manutenção da coordenação motora e equilíbrio para execução das atividades do cotidiano. (ISRAEL; BERTOLDI, 2010 p.16).

Portanto essa Lei 10.098/2000 traz todas as barreiras que podem ser encaradas por pessoas em caso de desvantagens. O que se argumenta é o que tem sido resolvido em relação a essa lei, se esta sendo cumprida e se essas pessoas têm desfrutado de todas as possibilidades e direitos de fato.

2 METODOLOGIA

A metodologia é o meio pelo qual se busca alcançar os objetivos apresentados no estudo. É com ela que se determina o rumo a ser seguido pela pesquisa. Por meio dela é determinado o escopo da pesquisa, os meios que serão utilizadas para a categorização dos dados, as avaliações das informações obtidas, bem como comprovar o propósito do estudo e como acarretará nos resultados alcançados.

Desta forma, a metodologia do presente trabalho tem como pressupostos metodológicos as abordagens no tocante a categorização da pesquisa, como foram gerados os dados e posteriormente a análise e interpretação dos dados gerados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A classificação sobre diversos aspectos se dá por meio da categorização da pesquisa, cuja forma pode ser do ponto de vista de sua natureza, forma de abordagem do problema, ângulo dos objetivos, tal como os procedimentos técnicos.

Com essa afirmativa, depara-se com dois tipos básicos de pesquisa quanto a sua natureza, pesquisa básica e pesquisa aplicada. No presente trabalho, a pesquisa adotada foi a aplicada, cuja particularidade, é o interesse na aplicação, utilização e decorrências nas práticas do conhecimento, que foi o meio mais prático para confrontar com a realidade da empresa, bem como, detectar falhas e propor possíveis adequações.

Deste modo, quanto a sua natureza, a pesquisa se evidencia como aplicada. Logo, neste caso, a preocupação da pesquisa está menos voltada para as teorias que para a sua aplicação imediata numa realidade empresarial.

Nesse contexto, no que concerne a forma de abordagem, o problema é qualitativo. Este caráter é apresentado como o estudo de caso, onde busca-se estudar uma organização. Assim sendo, o estudo teve o propósito de encontrar uma solução para o problema apresentado.

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa entra em contato direto com o entrevistado, o espaço e com a situação em que está sendo analisado, permitindo uma análise e interação concisa dos dados e informações coletadas. Assim, não há uma estruturação precedente, as teorias são aplicadas no decorrer da pesquisa.

Do ponto de vista dos objetivos o estudo é caracterizado como uma pesquisa descritiva e exploratória, uma vez que, cria uma maior intimidade do problema, com vistas na simplicidade na construção das hipóteses. Esta pesquisa tem como principal objetivo o aperfeiçoamento de ideias, portanto, tem um planejamento bastante flexível, permitindo os mais variados aspectos no estudo quanto a temática da acessibilidade física.

Apesar da sua semelhança com a pesquisa bibliográfica, a documental se difere apenas do fato da natureza das fontes, enquanto a bibliográfica tem fundamentos em livros e artigos científicos, a documental se vale a partir de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou seja, não foi analisada cientificamente, mais ainda, ela pode, em suma, ser reelaborada com os objetivos da pesquisa. Assim o presente trabalho do ponto de vista de seus procedimentos técnicos é caracterizado como bibliográfico, bem como, documental

já que estará analisando o plano de acessibilidade física de uma instituição de ensino.

Ainda quanto aos procedimentos técnicos no presente trabalho adotou-se um estudo de caso, para melhor aferição dos resultados. Desse modo, um estudo de caso é a seleção restrita de um objeto, a fim de aprofundar suas características, tendo como propósito a análise de qualquer fato ou fenômeno, ou um de seus aspectos. Nesse sentido, um estudo de caso é caracterizado por uma exaustiva e profunda pesquisa, na qual permite uma exploração mais detalhada da organização estudada.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Para alcançar os resultados esperados, a geração de dados elaborou-se por meio de entrevista, análise de documentos e dados levantados durante todo o processo. Buscou-se conhecer e analisar a estrutura organizacional, onde a instituição conta com 3 unidades de ensino, a unidade 1 tem 1 prédio com 3 andares e 1 com 4 andares, a unidade 2 possui o prédio com 4 andares e a unidade 3 com 3 andares.

Para isto foi realizado levantamento de dados de forma direta, onde primeiramente foi feita uma visita in loco no dia 25 de abril de 2017. Para a geração de dados foram utilizados dois tipos de fontes: primárias e secundárias. As fontes primárias foram obtidas através de entrevista semiestruturada com o Técnico de Segurança responsável do local, já as fontes secundárias foram obtidas por meio da observação, análise de documentos da empresa, bem como através da pesquisa bibliográfica.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após realizar a geração dos dados, o passo seguinte é sua análise. Seu principal objetivo é classificar, relacionar e interpretar os dados obtidos, com intuito de atender aos objetivos e o problema de pesquisa.

O trabalho foi realizado a fim de conhecer e analisar o plano de acessibilidade física de uma instituição de ensino na cidade de Santa Rosa, bem como, identificar

se o referido plano atende os requisitos legais instituídos pela Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Dessa forma, todos os dados gerados através da entrevista com o Técnico de Segurança responsável, e pesquisa documental, foram analisados e interpretados de forma descritiva e explicativa. Procurou-se também elaborar um paralelo com a teoria, cruzando a opinião dos autores referentes a temática de estudo com os resultados encontrados na organização.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente é necessário uma breve caracterização da IES ALFA para um melhor entendimento acerca da análise do plano de acessibilidade realizada na mesma. Sendo assim, a organização IES ALFA foi fundada em abril de 1949, por iniciativa de líderes educacionais, empresariais, comunitários e autoridades do 19º RC MEC, para atender à demanda de alunos que trabalhavam durante o dia e necessitavam de um curso ginásial à noite.

Diante da evolução da sociedade e da procura por serviços e da demanda crescente, atualmente, oferecem Cursos Superiores bem como ofertam cursos de Pós-graduação.

Na entrevista com o Técnico de Segurança responsável da instituição buscou-se conhecer a Instituição, se a IES ALFA possui as adaptações necessárias para receber alunos com deficiência física, e quais as barreiras físicas e obstáculos nas dependências da IES ALFA que esses alunos enfrentam no ambiente universitário.

Em seguida a ilustração apresenta o número de unidades da IES ALFA com condições de acessibilidade em relação a rampa de acesso, escada com corrimãos, elevadores, faixa de sinalização, portas estreitas e mesas acessíveis.

	EXISTÊNCIA		ALGUMAS OBSERVAÇÕES	SUGESTÕES
	SIM	NÃO		
RAMPA DE ACESSO	1	2	Todas as unidades tem mas algumas rampas em dias úmidos são muito	

			deslizantes.	Sugere-se ao técnico de segurança do trabalho ou alguém responsável, que sejam feitas observações com mais frequência para analisar regularmente as condições de acesso aos portadores de necessidade especial bem como exige as normas e leis, para que sejam adaptados.
ESCADAS COM CORRIMÃOS	3	-	Todas as unidades tem mas alguns andares falta corrimãos.	
ELEVADORES	2	1	Porém não são muito usados.	
FAIXA DE SINALIZAÇÃO	3	-	Algumas já estão gastas, descolando.	
PORTAS PADRÃO	3	-	Observou-se que em alguns setores ainda existem portas estreitas, o que dificulta a entrada de cadeirantes.	
MESA ACESSÍVEL	3	3	Todas possuem mesas acessível mas nas tesourarias dificulta para os cadeirantes.	

Ilustração 1: Unidades da IES ALFA com relação a condições de acesso.
Fonte: produção da pesquisadora.

A Ilustração 1 apresenta o número de Unidades com condições de acesso em relação à rampa de acesso onde verificou-se que, das três unidades analisadas uma só possui as outras faltam rampas de acesso em alguns andares. Quanto à escada com corrimãos, todas as três unidades apresentaram mas tem algumas escadas sem corrimãos. Em relação aos elevadores das três unidades verificou-se que duas possui elevador mas são pouco utilizados, na unidade III tem um auxiliar que é um elevador de escada para cadeira de rodas até ser providenciado o elevador. Quanto as faixas de sinalização todas possuem mas algumas estão bem gastas ou descolando. Em relação as portas padrão, as de acesso a entrada principal estão dentro das normas, já de alguns setores do administrativo ainda dificulta a entrada de cadeirantes. E quanto as mesas acessíveis, observou-se que nas tesourarias o atendimento para os cadeirantes dificulta, pois a bancada de atendimento é muito alta e tanto o cadeirante quanto a pessoa que esta atendendo não tendo esse olhar e conversa de aluno e cliente.

Para Sarraf "Acessibilidade em campo ampliado significa eliminação de barreiras, sejam elas físicas, de comunicação e informação."(SARRAF, 2012, p.64).

Percebe-se que é fundamental a empresa rever a questão de acessibilidade já que a instituição tem pleno conhecimento das leis e consciência que precisa melhorar as formas de acesso das unidades de ensino.

3.1 ANÁLISE DO PLANO DE ACESSIBILIDADE

Conforme resposta do Técnico de Segurança responsável, a IES ALFA possui um Plano de Acessibilidade que vem sendo executado nos últimos 5 anos. Nesse período várias melhorias ocorreram em ambientes, corredores, rampas, sinalizadores, elevador, dentre outros. Tais adequações são necessárias tendo em vista que as edificações foram realizadas antes da vigência da Constituição Federal de 1988.

O decreto nº 5.296, de dezembro de 2004, determina que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Questionado ao Técnico de Segurança responsável da área se existem barreiras físicas ou obstáculos nas dependências da IES ALFA que poderiam dificultar a acessibilidade, o mesmo citou que ainda existe, apesar da direção e de sua mantenedora entender que as diversas situações de acessibilidade e emergência demandam preparação e um estado de prontidão para atender adequadamente “todas as pessoas” que fazem parte de um ambiente de trabalho, ainda existem obstáculos. Mas cabe apontar que apresenta alguns ambientes a serem reformados para ficarem mais adequados os acessos.

Conforme Lei de Acessibilidade nº 10.098, 19/12/2000, Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (ABNT, 2004).

Questionado ao Técnico de segurança responsável como esses obstáculos são superados pelas pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida respondeu que desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis, porém eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam

tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, e considerados como degraus e serem sinalizados com inclinação máxima de 1:2 (50%).

Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos as áreas administrativas, de prática esportiva, de alimentação, salas de aula, laboratório, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos esses ambientes devem ser acessíveis e para isso torna-se necessário a instalação de rampa, para dar condições de acessibilidade.

Em entrevista com o Técnico de Segurança se constatou que existem no momento três alunos matriculados, dois apresentam deficiência física e um aluno com deficiência auditiva.

Conforme relatam os autores Israel e Bertoldi, a deficiência física é a mais típica de se deparar ela é distinta como a alteração completa ou parcial de partes do corpo, que prejudique de alguma forma o comprometimento da função física, exceto as deformidades estéticas e aquelas que não produzam dificuldades para realização de tarefas diárias (ISRAEL; BERTOLDI, 2010).

A IES ALFA busca atender integralmente aos requisitos estabelecidos pelo Decreto nº 5.296/2004, através do Plano de Acessibilidade que vem sendo rigorosamente executado em todas as etapas dispostas no cronograma.

A preocupação com a adequação dos espaços sob a orientação da legislação referente à educação inclusiva, para solucionar as eventuais desconformidades é preocupação constante da IES ALFA que prevê em seus orçamentos anuais um volume de recursos para aplicação em melhorias na estrutura física.

É possível constatar que as três unidades que compõem a IES ALFA atendem as exigências conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e a Portaria Nº 3.284/2003, para portadores de necessidades especiais, tanto no que tange a infraestrutura física quanto ao atendimento aos alunos com atendimento específico para cada tipo de necessidade.

Em resposta ao questionamento o Técnico de segurança responsável disse que possui um plano de acessibilidade elaborado por profissionais da área de Segurança e Medicina no Trabalho, contratados para identificar e propor oportunidades de melhorias. As oportunidades de melhoria foram claramente identificadas no Plano de Acessibilidade e a implementação está ocorrendo

conforme o disposto no cronograma. Pode-se perceber que a instituição esta por dentro das leis e tem consciência que precisa melhorar as formas de acesso das unidades de ensino.

A proposta de acessibilidade tem por finalidade mostrar os principais problemas, as barreiras arquitetônicas e atitudinais vistas, e propor soluções, por meio de equipamentos facilitadores, tecnologias assistivas, possibilitando a comunicação e a convivência, a fim de transmitir e visar à acessibilidade na IES ALFA.

Detectar as barreiras auxilia para eliminar, ou pelo menos procurar minimizar os seus impactos a fim de reduzir a exclusão social e ajudar a modificar a sociedade.

Com o propósito de incluir os portadores de necessidades especiais na IES ALFA são sugeridos cursos de capacitação aos técnicos administrativos, direção, corpo docente e discente, com o objetivo de proporcionar a acessibilidade e transmitir conhecimento para o processo de inclusão na realidade da IES ALFA.

3.2 SUGESTÕES DE MELHORIAS NO PLANO DE ACESSIBILIDADE

Com base nos resultados da entrevista, sugere-se algumas intervenções para a adequação das áreas externas e internas da IES ALFA, a fim de melhorar as condições de acessibilidade a esses ambientes como rebaixamento de rampas e balcões, ampliação da largura de algumas portas, retirada de obstáculos que atrapalhem a passagem das pessoas com necessidades especiais, substituição ou modificação de tapetes e pisos para o acesso da cadeira de rodas, sinalização de ambientes com alto relevo, facilitação do uso dos elevadores, colocação de corrimãos nas laterais de algumas escadas, rampas acentuadas e banheiros.

Todas as adequações devem ser analisadas de acordo com a realidade de cada instituição, o que se sabe atualmente que a inclusão social é uma realidade e gradativamente é preciso se adaptar e possibilitar o acesso aos mais diferenciados usuários da informação, sejam eles deficientes físicos, auditivos, visuais e ou com qualquer outra deficiência. Este trabalho teve por objetivo também orientar às adequações mínimas necessárias para a Instituição, a inclusão social deve ser premissa contínua nas atividades de todos na sociedade, sua construção e desenvolvimento determinam conhecimento, educação e sensibilização humana.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve a finalidade de detectar barreiras físicas, ou seja, arquitetônicas, nos espaços físicos da IES ALFA e mostrar a necessidade de eliminação de tais obstáculos com o propósito de que as pessoas com deficiência possam ter acesso pleno a todos os locais da instituição.

Neste processo de eliminação de barreiras pôde-se perceber ao longo do trabalho que muitas são as alternativas que estão ao alcance das empresas servindo como apoio para condição de acesso as pessoas com necessidades especiais, dentre elas pôde-se destacar as Normas da ABNT e a Lei 10.098/2000, ambos auxiliam para identificar barreiras e adequar alguns itens.

Os objetivos específicos foram alcançados diante da entrevista feita ao técnico de segurança responsável da instituição e mediante as observações e visitas in loco que pôde perceber a real situação no diz respeito ao tema em estudo, e trazer informações necessárias para a realização do mesmo na qual pôde-se avaliar quais as adequações que seriam necessárias para que houvesse a total inclusão, fazendo a análise com a teoria dos autores.

Em resposta ao problema questionado no trabalho, é provável que o plano de acessibilidade auxilie para facilitar a inclusão de pessoas portadoras de deficiência pelo fato de mencionar que elas são capazes de exercer atividades trazendo resultados positivos para a instituição.

A realização do trabalho é gratificante para preservar uma ideia, que aos olhos de algumas pessoas é desnecessário, garante uma satisfação em poder adquirir um conceito novo a ser refletido, dando oportunidades para pessoas portadoras de deficiências, em desfrutarem uma vida comum, sendo capazes de exercer suas principais habilidades, em consequência realizar os seus sonhos.

A acessibilidade é uma condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao projetar os espaços educacionais, devemos pensar em criar condições de acessibilidade aos alunos.

Embora as escolas tenham se esforçado para promover uma maior acessibilidade a seus alunos, constatamos que rampa, elevadores, classes mais baixas e computadores adaptados não são suficientes para que os alunos com deficiência física possam acessar os espaços de sua escola e participar das atividades realizadas, o que compromete sua aprendizagem e desenvolvimento.

O desafio da acessibilidade está colocado para a educação, seus pressupostos não estão restritos ao trabalho de determinados profissionais, mas estão direcionados para toda a sociedade, pois os sujeitos precisam ter acesso aos espaços que a constituem como cidadãos que são.

A legislação garante o direito de acesso, circulação e uso dos espaços públicos pelos portadores de deficiência física, determinando critérios para a adequação das áreas de uso comum das edificações e regulamentando as condições exigíveis, do mesmo modo que os padrões e as medidas que visam proporcionar às pessoas melhores e mais adequadas condições de acesso.

Portanto percebe-se a importância da presença de um responsável para observar e verificar a unidade de ensino, cabendo a ele a manutenção do ambiente e o controle das barreiras arquitetônicas presentes na unidade de ensino, na expectativa de minimizá-las e possibilitar acesso sem barreiras ou empecilhos que podem tornar difícil a mobilidade das pessoas portadoras de deficiência física.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050:2004 de 30 de junho de 2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT. **NBR 9050:1994 de 31 de setembro de 1994**. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

BRAGANÇA, Soraya, PARKER, Marcelo. **Igualdade nas diferenças**: os significados de "ser diferente" e suas repercussões na sociedade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. **Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <<http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/telefone-para-surdos>>. Acesso em 08 Abril 2017.

BRASIL. **Decreto de Lei Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm> Acesso em: 10 abril 2017.

DIAS, Bárbara CamboimDentzien. **Inclusão De Pessoas Portadoras De Deficiência**: Um Tipo De Responsabilidade Social. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2008.

ELY, Vera Helena Moro Bins. **Acessibilidade Espacial**: condições necessárias para o projeto de ambientes inclusivos. In: Ergonomia do ambiente construído e habitado: ambiente urbano, ambiente público, ambiente laboratorial / Organizadora Anamaria de Moraes – Rio de Janeiro: iUsEr, 2004a.

FEBRABAN. **A ação de recursos humanos e a inclusão de pessoas com deficiência**. Disponível

em:<https://www.febraban.org.br/Arquivo/Cartilha/Cartilha_Recursos_Humanos.pdf> . Acesso em: 29 de Abril 2017.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: ABNT 2010. 14.ed. Porto Alegre: sn, 2008.

GARCIA, Carla Cristiana. **Sociologia da Acessibilidade**. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. Disponível

em:<<https://books.google.com.br/books?id=rRf3l57HkiwC&pg=PA2&dq=GARCIA,+Carla+Cristiana.+Sociologia+da+Acessibilidade.+%E2%80%93+Curitiba:+IESDE+Brasil+S.A.,+2008.&hl=ptBR&sa=X&ei=yUtRVfnyOYL7gwSzm4CICw&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=GARCIA%2C%20Carla%20Cristiana.%20Sociologia%20da%20Acessibilidade.%20%E2%80%93%20Curitiba%3A%20IESDE%20Brasil%20S.A.%20C%202008.&f=false>>. Acesso em 05 de Abril 2017.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. **Fundamentos do BarrierFree Design**. Edição Especial para o Prêmio Nacional de Design, Pesquisa e Adequação do Mobiliário Urbano à Pessoa Portadora de Deficiência. Belo Horizonte, 1991.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mari Lopes Esteves. **Esclarecendo as eficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva. - São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda. 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). **“Censo demográfico 2010:Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência”**. Rio de Janeiro, RJ.

ISRAEL, Vera Lúcia; BERTOLDI, Andréa Lúcia Sérgio. **Deficiência físico-motora**: interface entre educação especial e repertório funcional. – Curitiba: Ibpex, 2010.

LAMÔNICA, Dionísia A. C. et al. **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no Campus da USP de Bauru**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Ma-Ago. 2008b, v. 14, n.2, p.177-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n2/03.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2017.

MANZINI, E. J. **Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação**. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2003. p. 281-289.

_____. **Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital**.2008d. Disponível

em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT15-4331--Int.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MINISTÉRIODA EDUCAÇÃO. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física**. Brasília: MEC, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Conceito de Pessoa com Deficiência para Lei de Cotas:2.1 Para fins de reserva legal de cargos, o que é pessoa com deficiência?** Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/lei_cotas_2.asp>. Acesso em:06 abr. 2017.

NÚCLEO PRÓ-ACESSO.**Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação**. UFRJ/FAU/PROARQ, Rio de Janeiro, 2004, 87p.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**, de 2007.

Pereira, Jane da Silva. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida na área central da cidade de Caicó-RN / Jane da Silva Pereira**. Caicó: UFRN, 2016.

RIBAS, João B. Cintra. **O Que São Pessoas Deficientes**. Editora Brasiliense, 1994.

RULLI NETO, Antônio. **Direitos do Portador de Necessidades Especiais**. São Paulo: FiuzaEditores, Agosto 2002, p. 123.

SANTOS, Antônio R. Dos **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SARRAF, Viviane. **Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais**. Editora: Marcavisual, 2012, p. 60 -78.

SONZA, Andréa Poletto. **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs.(org)**. [et. al.]. 2013.